

PERCURSO E ITINERÁRIO DA ETFPA COMO PROPOSTA DE PROFISSIONALIZAÇÃO DO ENSINO NA DÉCADA DE 1970

ROUTE AND ITINERARY OF THE PROPOSAL AS ETFPA PROFESSIONALIZATION OF HIGH SCHOOL IN THE 1970s

Ana Maria Leite Lobato

Mestranda Em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Graduada em Licenciatura Plena Em Educação Artística pela Universidade Federal do Pará, Núcleo em Macapá-AP. Especialista em Arte Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/ PUC-MG. Especialista em História e Historiografia da Amazônia pela Universidade Federal do Amapá- UNIFAP. Especialista em Educação: PROEJA, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Professora do Ensino Básico Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Fone: (91) 32724207/ (91)88892597, e-mail: leao.jr@uol.com.br

Francisco Ari de Andrade

Doutor em Educação(UFC), Professor Adjunto da Universidade Federal do Ceará, e-mail: andrade.ari@hotmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objetivo geral refletir sobre a Educação Profissional na Escola Técnica Federal do Pará, atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará na década de 1970. Esta abordagem apresenta aproximações sobre a história da Instituição, considerando as mudanças na região conhecida como Operação Amazônia; o papel da educação, da Instituição, dos cursos que foram criados para atender as instalações de empresas, da demanda que se apresentava e a reforma de ensino a partir da Lei nº 5692/71; e ainda a relação entre educação e a teoria do capital humano. Para tal foi necessário uma revisão teórica, uma compilação e uma entrevista semi-estruturada com um aluno da instituição. Por último, as considerações finais com aproximações críticas sobre o papel da educação na profissionalização no processo de desenvolvimento da Amazônia.

Palavras-Chaves: Educação, Profissionalização e Desenvolvimento.

Abstract

This article aims to reflect on the general Vocational Technical School in Federal do Pará, current Federal Institute of Education, Science and Technology of Pará in the 1970. This approach provides approximations on the history of the institution, considering changes in the region known as Operation Amazonia; the role of education, institution, the courses are designed to meet the company premises, demand that presented itself and reform the education from the Law No. 5692/71, and also the relationship between education and human capital theory. This was necessary for a theoretical review, a compilation and a semi-structured interview with a student of that period. Finally, closing remarks with a critical approach on the role of education in the professionalization, process of development in the Amazonia.

Key-words: Education, Professional Training and Development.

1. Introdução

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a História Da Escola Técnica Federal do Pará e a Educação Profissionalizante na década de 1970, nessa discussão buscaremos entender como ocorreram as ações do poder público na educação da instituição, fazendo uma tessitura da rede de informações entre o micro e o macro, no caso a história da instituição (regional) ao contexto da história da educação brasileira (nacional).

O recorte tempo/espaço abrange a década de 1970, período em que foi gestora a professora Yolanda Ferreira Pinto, primeira diretora da Escola Técnica Federal do Pará e única mulher a compor o quadro de gestores nesses 100 anos de existência da instituição.

Aquele contexto foi um período de grandes mudanças no ensino médio, devido a compulsoriedade do ensino técnico, embora a instituição já trabalhasse com o ensino técnico antes da lei 5692/71. A implantação de outros cursos, além dos que já funcionavam, no contexto do desenvolvimento da região Amazônica, é o que pretendemos refletir considerando a estrutura da instituição e as mudanças ocorridas decorrentes da Lei nº 5692/71, onde os governos protagonizaram um projeto de reforma do ensino fundamental e médio.

Dessa forma, o percurso reflexivo apresentado neste artigo é uma pequena incursão sobre o contexto da ETEPA no desenvolvimento da Amazônia, focando a Educação Profissionalizante em Belém na década de 1970, e a relação entre os projetos de infra-estrutura e o ensino profissionalizante.

2. O desenvolvimento da Amazônia e a Escola Técnica Federal do Pará: tessitura de um caminho

O desenvolvimento da Amazônia brasileira se deu no estilo de uma operação militar, no sentido de ocupação da área do Pará e integrá-la ao desenvolvimento do país. Tais projetos foram motivados a partir da segunda metade da década de 1960, por questões geopolíticas ligadas à segurança interna e o controle das influências estrangeiras (KOHLHEPP, 1981).

O Estado nacional desenvolvimentista promoveu a expansão capitalista, gerando significativas alterações no panorama social. Na região Amazônica, essas ações ficaram conhecidas como "Operação Amazônia". Na realidade, aquelas pretendidas mudanças começaram a ser presenciadas partir de 1953, quando a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA e o Banco de Crédito da Amazônia foram substituídos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pelo Banco da Amazônia S.A (BASA). Outro marco nesse processo de mudanças, foi verificado em 1967 com a instalação da Zona Franca de Manaus SUFRAMA, que consistia em um projeto econômico destinado a criar um centro de montagem e comercialização de produtos eletrônicos na região da Amazônia Ocidental (MONTEIRO & COÊLHO, 2004).

O Decreto nº 288/1967, que institucionalizou a Zona Franca de Manaus, apresentava a proposta de desenvolvimento em três setores: agropecuário, industrial e comercial. A particularidade daquela proposta era a política de incentivos fiscais, pois as empresas instaladas na região eram favorecidas com isenções fiscais. Não arcariam com os mesmos tributos cobrados em outras regiões do país. O modelo de desenvolvimento econômico da Amazônia caracterizou-se pela apropriação dos critérios de uma política fiscal benéfica às grandes empresas, em favor do processo de expansão do capital para o desenvolvimento do Amazonida. No entanto, foi verificado que o tipo de crescimento adotado se deu às custas da exploração do trabalhador, favorecendo a concentração de renda e exploração das riquezas com poucas melhorias para a qualidade de vida das populações (CARDOSO E MÜLLER, 1978).

A intervenção do Estado, por meio de políticas públicas na Região Amazônica teve início durante o governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960) através do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Depois veio a Operação Amazônia (1966) seguida em 1970 pelo Plano de Integração Nacional (PIN). (KAMPEL, CÂMARA, MONTEIRO, 2001).

Segundo Monteiro e Coêlho (2004a), no período de 1960 a 1970, devido à construção da rodovia Belém-Brasília foi se dando uma nova reestruturação espacial do estado do Pará, Mato Grosso e Rondônia, impulsionando mudanças territoriais, econômicas, sociais e ambientais. Foram sendo ampliadas, a partir de políticas de intervenção na região implementadas pelos governos após o golpe militar de 64.

As construções das rodovias foram importantes como um novo marco na forma de transporte na Amazônia. No Brasil as rodovias possi-

bilitaram a ligação do Planalto central com as diversas regiões. As construções das rodovias a partir de 1964 na Amazônia foram em condições difíceis, na maioria das vezes executados por empresas privadas e pelo próprio exército. As rodovias nos eixos leste-oeste foram a Transamazônia, com 5600 km de extensão e a perimetral Norte com 2300 km. Nos eixos Sul-Norte: Cuiabá-Santarém, com 1780 km; Porto Velho a Manaus (asfaltada) 870 km, Belém-Brasília (asfaltada) com 2010 km.

Na Amazônia, na década que precede a de 1970, a instituição que atendia a formação profissionalizante era a Escola Industrial de Belém, que trabalhava com uma educação profissional pautada em ofícios, como tarefas manuais e reservada às camadas pobres da população. Mediante a realidade brasileira da época e dos projetos de desenvolvimento para a Amazônia em pauta, a formação profissional citada, não atendiam as reais necessidades locais e se distanciavam dos interesses e econômicos.

Entretanto, a instituição começou a sofrer as intervenções para atender essa realidade a partir de 1966, quando passou a ofertar o ensino profissional de 2º ciclo, esse ensino foi decretado no ano de 1942, com as Leis Orgânicas que estruturaram o Ensino Técnico Profissional ocorrendo de forma gradativamente, através do decreto-lei nº 4.073, de 30 de Janeiro de 1942, conhecida como Lei Orgânica do Ensino Industrial, pelo qual o ensino ficou dividido em dois ciclos: o industrial básico, em quatro anos, e o técnico em três anos (ROMANELI, 1995).

Porém, em Belém do Pará, essas mudanças vão ocorrer tardiamente, a partir de 1966. Primeiro a escola passou a denominar-se Escola Industrial Federal do Pará – EIFPA. Começou gradativamente a extinção do curso ginásio-industrial e implantação dos cursos técnicos à nível de 2º ciclo (depois 2º grau), que foram Edificações e Estradas. Logo depois, em 1967, foram criados os cursos de Agrimensura e Eletromecânica, o propósito destes eram justamente formar técnicos qualificados para atuarem na construção dessas rodovias no projeto de desenvolvimento na Amazônia. Outra mudança significativa foi a matrícula do sexo feminino nos cursos técnicos. "O Conselho representante elegeu a professora Yolanda Ferreira Pinto como primeira diretora da escola, que permaneceu na direção até 20 de julho de 1979", e em 1968 a Escola Industrial Federal do Pará passou a denominar-se Escola Técnica Federal do Pará – ETFPA¹ (BASTOS, 1988, PP:86-87).

A instituição reorganizou o ensino profissionalizante à nível de 2º grau conforme as mudanças anunciadas, tomemos como exemplo o curso de estradas, onde foi feito todo um investimento, na perspectiva de

que os técnicos formados fossem suficientemente aproveitados no trabalho de implantação da rede de rodovias na Amazônia.

No entanto, parece que as construções das rodovias federais deixaram de ter prioridade no Governo de Ernesto Geisel (1974-1978) por razões econômicas. Além disso, outro agravante verificado foi a questão das reservas florestais e indígenas, inclusive do Parque Nacional do Xingu, a maior reserva indígena brasileira.

Historicamente, o contato dos indígenas com as populações não indígenas ocasionou à transmissão de doenças causando redução das comunidades. Por outro lado, no II Plano Nacional de Desenvolvimento, no planejamento de infra-estrutura de transportes voltaram-se à construção de ferrovias, principalmente pela questão de transporte de minérios e de mercadoria a granel. Tanto é que se concretizou depois a ferrovia com 950 km da Serra dos Carajás até o litoral atlântico do noroeste de São Luís no Maranhão, transportando minérios de ferro de alto teor do Pará (KOHLHEPP, 1981).

Na década de 1970, eclode o chamado milagre econômico. Foi um plano de abertura total e irrestrita do mercado nacional, implementado por Antônio Delfim Neto, então Ministro da Fazenda, que possibilitou a economia do país crescer vertiginosamente, levando a classe média ao crescimento substancial de seu poder aquisitivo, possibilitando inclusive a compra de vários artigos importados dos EUA. Enquanto isso, a população pobre se distanciou ainda mais da riqueza nacional denunciada pelos indicadores econômicos e sociais acentuando a desigualdade social (SADER, 1999).

O milagre econômico, ao contar com investimentos de capital estrangeiro, motivou o governo brasileiro a investir em empresas estatais gerando demandas de trabalhadores qualificados para atender essa nova realidade do mercado de trabalho brasileiro. Daí a preparação de trabalhadores, através de uma formação qualificada para atender às demandas do desenvolvimento econômico.

3. A educação profissionalizante na década de 1970

A educação profissional na década de 1970, em pleno governo militar, articulava-se com uma proposta de sociedade em busca do desenvolvimento regional e nacional. Num contexto de desenvolvimento industrial, pautado na divisão social do trabalho prevalecia a organiza-

ção do mundo do trabalho sob a orientação taylorista-fordismo, voltado para produção em massa.

Os cursos implantados na Região Amazônica a partir de então, já vislumbravam atender a nova realidade brasileira com o surgimento da Telebrás (1972), da Eletronorte, das indústrias, da Zona Franca de Manaus (1967), da descoberta de jazidas minerais e da expansão da região norte.

Na década de 1970, a economia mundial capitalista apresentou significativas perturbações que alteraram a configuração do modo de produção do capital e da ordem burguesa mundial, é um momento histórico da crise estrutural do capital. Neste contexto, insere-se o Plano de Desenvolvimento da Amazônia para o período de 1972- 1974, que anunciava as conquistas essenciais quanto à Amazônia, propostas pelo governo federal, como uma "estratégia que promova o progresso de novas áreas, a ocupação de espaços vazios" e à "integração do desenvolvimento do Nordeste com a estratégia da ocupação econômica da Amazônia" (SUDAM, 1971: 13).

Porém, com a Lei de Diretrizes e Bases n 5692/71 a equivalência entre o ensino secundário e o propedêutico foi substituída pela obrigatoriedade da habilitação profissional, pela compulsoriedade do ensino técnico, que passou a ser chamado de segundo grau. Com tal lei, todo o ensino médio tinha de ser técnico.

De acordo com seu art. 1º, o objetivo geral do ensino de 1º e 2º graus passa a ser "proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania" (KUENZER, 2007, P.16).

Entretanto a implantação desta Lei trouxe alguns percalços, pois implicava a existência de condições de trabalho satisfatória em ambiente escolar pautado no uso de laboratórios equipados de acordo com a proposta de educação que preconizava qualificação de mão-de-obra. Além disso, faltou o cumprimento de acordos, ou seja; as condições objetivas e subjetivas,² como o envolvimento de todos os setores da sociedade civil envolvidos no processo educacional. A preparação dos professores para atuarem na formação profissional, foi outro problema acentuado, ficando a mercê de bacharéis e de técnicos de nível médio.

Os cursos técnicos, sem condições de materialidade, e as pressões de setores da sociedade brasileira, que desejava a educação propedêutica para que seus filhos pudessem ingressar no ensino superior, foram de peso

e essa Lei não se efetivou plenamente conforme seus princípios. Nesse sentido, Kuenzer coloca que:

A contradição entre forma e lei, o discurso ideológico, e a proposta pedagógica, nada mais é, do que a expressão da contradição de um modelo de desenvolvimento político econômico excludente, que precisa buscar na dimensão ideológica sua legitimação social como "democrático". Não que inexistisse à época uma demanda real por formação de mão de obra qualificada em face das especificidades do modo de produção de mercadorias, que se constituiu a partir do "tempo do milagre" com a abertura econômica e com o desenvolvimento do setor secundário de ponta. Essas demandas, contudo, nem de longe seriam atendidas pela proposta formulada, que, por inadequação conceitual e por falta de condições materiais, nunca chegou a se concretizar. (KUENZER, 2007, pp.22-23).

Para amenizar essa situação, o Parecer 75/76 do Conselho Federal de Educação veio flexibilizar o currículo dos cursos profissionalizantes, através da proporcionalidade do conteúdo, predominando os conteúdos de conhecimento geral sobre o conhecimento específico da área técnica. Tal medida veio de encontro aos interesses de setores produtivos por considerar que sem as condições materiais, tornar-se-ia complicadas as mudanças na educação em favor das classes menos favorecidas.

No contexto das Escolas Técnicas Federais, a educação profissionalizante era uma realidade diferente do restante das escolas públicas que ofertavam o 2º grau de formação geral e de formação técnica.

Na Escola Técnica Federal do Pará, a década de 1970 foi de mudanças, devido também aos projetos hidrológicos e mineralógicos, além da *Operação Amazônia*. Os cursos vão surgindo para atender as necessidades urgentes de desenvolvimento na região, dentro do contexto de expansão desenvolvimentista empreendida nacionalmente pelo Estado brasileiro. Os cursos implantados foram: o Técnico em Eletrônica (1973), Técnico em Telecomunicações (1972), Técnico em Mineração (1975), e Técnico em Metalurgia (1975) (BASTOS, 1988b).

No início da década de 1970, a Escola Técnica Federal do Pará passou a ofertar outros cursos voltados para atender as demandas das indústrias que se instalavam na região Amazônica. A proposta do governo de expandir o ensino técnico na região solicitou ações na época, que

mediassem e efetivassem algumas mudanças significativas por meio de Ações que faziam parte do PND.³ Para isso o "MEC entregou a reorganização do sistema educacional brasileiro aos técnicos oferecidos pela AID", conclui Romanelli:

Os convênios, conhecidos comumente pelo nome de "Acordos MEC-USAID" tiveram o efeito de situar o problema educacional na estrutura geral de dominação, reorientada desde 1964, e de dar um sentido objetivo e prático a essa estrutura. Lançaram, portanto, as principais bases das reformas que se seguiram e serviram de fundamento para a principal das comissões brasileiras que completaram a definição da política educacional: a Comissão Meira Matos (ROMANELLI, 1995, 179).

O relatório da Comissão Meira Matos⁴ conforme citação anterior, sinalizou as mesmas propostas do acordo (a questão da rentabilidade escolar e a qualidade do ensino) MEC-USAID. Entretanto, a grande questão refletida por alguns pensadores brasileiros era que o governo tinha a intenção de conter a demanda para a universidade.

Nesse contexto, vários estudos e outras leis resultaram das comissões de estudo sobre o ensino superior. Entretanto, o que se concretizou, de fato, a partir desses estudos foi uma política de reforma geral do ensino, com a organização e o funcionamento do Ensino Superior. Em 31 de março de 1965: o acordo MEC-Contap (Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso) – USAID, que culminou com a Lei 5.540, de 28 de outubro de 1968, que fixou a regulamentação, a organização e o funcionamento do Ensino Superior; e para a melhoria do ensino médio foi assinado, e a Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971, que reformou o 1 e 2 graus e trouxe a compulsoriedade do ensino técnico nas escolas de 2º grau (ROMANELLI, 1995, 197).

A partir da Lei 5.692/71, foram criados outros cursos na Escola Técnica Federal do Pará visando atender a proposta de desenvolvimento e articulada a essa realidade local. Nesse cenário as comunicações via satélites chegaram à Amazônia em 1974, por exemplo, a Embratel cobriria todo o território com satélites, facilitando a comunicação da região com os demais centros nacionais. O curso de Telecomunicações, por exemplo, tinha o propósito de atender os setores básicos do Governo, principalmente na Embratel e nas Telecomunicações Estaduais, diretamente relacionada aos Estados do Pará, Amapá, e Tocantins (Amazônia Oriental).

As ações na Amazônia foram consolidadas em articulação com os grandes projetos agrícolas e mineradores, sobre tudo as empresas exploradoras de minérios, que seria uma das formas de integração da Amazônia ao desenvolvimento do país. A ETFPA como parte desse contexto funcionava de acordo com as transformações imposta a educação profissional e para atender os projetos de desenvolvimentos implantados na Amazônia, como foi o Curso de Mineração que visava atender a exploração do minério da Serra do Carajás e de Trombetas.

Essas mudanças que sinalizavam a modernidade, já estavam presente em pequenos marcos, como a TV Marajoara, que foi a primeira emissora de TV no Pará e entrou no ar em 1961, e a Zona Franca de Manaus,⁵ criada em 1967. Para Marshal Berman, a modernidade é:

Uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, "tudo que é sólido desmancha no ar" (BERMAN, 1999, p.15).

A transformação da escola Industrial Federal do Pará em Escola Técnica, a abrangência das empresas nos estados da região Amazônica, apontam para uma dinâmica de um processo de modernização, tanto no Pará como nos outros estados dessa região, essas mudanças sinalizam um novo momento, com a educação profissionalizante voltada para atender as novas demandas.

4. Os projetos de infra-estrutura na Região Amazônica e o ensino profissionalizante

Na década de 1970, foi criada a Eletronorte (11/1972), com o objetivo de aproveitar o potencial da região para a produção de energia hidrelétrica. A maior das usinas hidrelétricas da Região Norte (e a segunda maior do Brasil) é a de Tucuruí, situada na região do Projeto Grande Carajás, com capacidade para a geração de 8 milhões de quilowatts. As hidrelétricas amazônicas são responsáveis pela inundação de grandes áreas florestais, já que o relevo é pouco acidentado. No mesmo ano foi criado o curso de Eletrotécnica na ETFPA, para atender a essa demanda do mercado e das empresas.

A produção de energia elétrica favoreceu a implantação de grandes projetos de exploração mineral, montados em verdadeiras cidades-empresas, construídas no interior da floresta. Criados por meio de associações de empresas diferentes para explorar determinado produto ou mercado, com capitais estatais e privados, nacionais e multinacionais, os grandes projetos contribuíram para internacionalizar grandes territórios no interior da floresta. Exemplos disso é o Projeto Jari, no Amapá; a Mineração Rio Norte e o Projeto Grande Carajás, estes últimos no Pará.

O curso de Metalurgia teria colocação na divisão social do trabalho nas mineradoras, apesar das jazidas dos Carajás e de Trombetas. Entretanto "a maior oferta de empregos está concentrada na Região do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais" (BASTOS, 1984, p.72).

Como se verificou o ensino profissionalizante na ETFPA em Belém do Pará na década de 1970 esteve articulado ao Planejamento Nacional de Desenvolvimento que ocorreu na Amazônia, a instituição foi um espaço de um projeto de reforma do ensino fundamental e médio. Cabe aqui uma inquietação: como essa instituição atendeu as demandas da sociedade na região? Questão que trataremos em outro momento.

190

Entretanto, a princípio, recorreremos à memória de um ex-aluno da ETFPA, *José Almerindo Leite Lobato (2010)*, que ingressou em 1975 no Curso Técnico em Eletrotécnica, lembrou que o curso era muito bom, de qualidade; mesmo com os laboratório de inglês e o de eletrotécnica sendo inaugurado no último semestre do curso que frequentou (1977). Entretanto, foi enfático ao dizer que os professores eram muito bons, lembrou do Professor Pinho, engenheiro da Celpa na época. Acrescentou que a ETFPA era frequentada por alunos pobres principalmente do interior do Pará, de Macapá, Maranhão e de estados vizinhos.

Fez importantes observações: *os alunos daquela época tinham compromisso com o estudo, e ser técnico era o mais importante pra nós, porque ingressaríamos logo no mercado de trabalho, não pensávamos em cursar a universidade. Segundo ele,⁶ para fazer o curso era muito sacrifício; alguns alunos que vinham de outras localidades, os pais pobres, não tinham dinheiro para custear os estudos, dependiam de bolsa das empresas para sobreviver, moravam na casa de parentes, amigos e república de estudantes, passando por muitas privações, tínhamos na educação a única maneira de mudarmos de vida, de sustento e ajudar a família.*

As reformas educacionais da década de 70 foram inspiradas na teoria do capital humano. Essa teoria surgiu nos Estados Unidos e Ingla-

terra, nos anos 60 e no Brasil nos anos 70. A teoria do Capital Humano influenciou jovens como Lobato a buscarem na educação uma forma de ascensão social; e na educação interferiu na prática educativa: acreditava-se que a educação tinha o poder de favorecer o desenvolvimento das nações e a ascensão social dos indivíduos.

A educação na época estava pautada numa pedagogia fundamentada nos princípios de racionalidade e da eficiência que regem a lógica do mercado. Dessa forma, a prática pedagógica apresentou um caráter acentuadamente tecnicista, direcionando a aprendizagem para o saber fazer onde a teoria do capital humano resolveria as desigualdades sociais e neste sentido Frigotto coloca que:

A ideia chave é de que a um acréscimo marginal de instrução, treinamento e educação, corresponde um acréscimo marginal de capacidade de produção. Ou seja, a idéia de capital humano é uma "quantidade" ou grau de educação e de qualificação, tomado como indicativo de um volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas, que funcionam como potencializadoras da capacidade de trabalho e de produção. Desta suposição deriva-se que o investimento em capital humano é um dos rentáveis, tanto no plano geral do desenvolvimento das nações, quanto no plano da mobilidade individual (FRIGOTTO, 1996, P.41).

Na realidade, a educação na Amazônia era reestruturada para atender as necessidades e as demandas do processo de desenvolvimento econômico, articulada a um projeto maior, do país. Nesse cenário a teoria do capital humano, passa a ser um elemento básico nas teorias de desenvolvimento/modernização e se "estrutura no contexto das teorias de desenvolvimento ou ideologia desenvolvimentista do pós-segunda guerra mundial" (FRIGOTTO, 2009, P.85).

Segundo Cunha (1985), o país adotou a política desenvolvimentista na década de 60/70, mas para que esse processo de modernização se concretizasse, foi necessário a passagem de uma sociedade não industrializada ou tradicional, para uma sociedade industrializada (ou moderna). O país para se modernizar precisou de capital, de operários qualificados, empresários. Nesse desenho, a educação teve um papel importante, o de preparar a mão de obra, num espírito de empresa. No que se refere a esse papel da educação, Cunha diz o seguinte:

As principais críticas a "teoria" da modernização apontam para a ênfase excessiva que tem sido dada à educação como produtora de mudanças sociais, encobrendo, provavelmente os seguintes suportes ideológicos: a colocação dos países centrais do sistema econômico capitalista como constituindo paradigma para os países periféricos; a desconsideração das relações internacionais como determinantes das possibilidades de industrialização; o agrupamento de países diferentes estruturas dentro das mesmas classes "sociedade não industrializada" ou "sociedade tradicional" (CUNHA, 1985, P.20).

Cunha (1985) defende ainda que os princípios liberais estavam articulados a educação, principalmente, pela valorização do individualismo associado ao da liberdade. O liberalismo defende a igualdade onde o indivíduo seja livre para progredir e competir através de seus talentos, habilidades e aptidões para galgar uma posição social ascendente. Na educação, o indivíduo estaria livre para escolher a escola, o curso, e seu desenvolvimento e sucesso dependeria apenas dele mesmo, assim como o insucesso, a posição na organização social.

192

Com tais argumentos, a educação liberal segundo ele, não considera ser a desigualdade econômica, de renda, que colocou o aluno na condição de pobreza, seu impedimento de acesso a uma boa escola e até de permanecer nela, porque o sistema educacional é desigual entre as regiões, entre as classes, logo a qualidade da educação e a qualificação profissional é produto da desigualdade social. Usa o argumento de justiça social, igualdade, desconsiderando os contextos históricos diferentes, a condição de explorado e toma o mérito individual para dissimular a ideologia capitalista.

Por outro lado, a instituição na época estava bem articulada com as empresas, algumas delas investiram na instituição, visando mão de obra qualificada, como a ELETRONORTE, que investiu na capacitação dos docentes (em 1981); e também através da ELETRONORTE/ELETOBRÁS, com o convênio para o laboratório de controle elétrico e preparação docente no seu manuseio em 1884 (BASTOS, 1988c).

Na Amazônia, ocorreu a implementação de um conjunto de políticas de desenvolvimento que atendiam aos interesses da indústria brasileira. Nesse cenário, a ETPFA ganhou destaque, pois era a instituição que qualificava e certificava esses alunos, além do sistema "S" (Senac e Senai), para atuarem no mercado de trabalho. Nessa relação ganhou força as parcerias, entre a instituição e empresas, como foi o caso do convênio

com a Companhia Souza Cruz para a qualificação de seus trabalhadores (BASTOS, 1984).

Com a publicação da Lei 5692/71, foi ampliada a oferta de cursos e mini-cursos profissionalizantes. A região Amazônica fez parte dos projetos nacionais da época, como já citamos em parágrafos anteriores, os pólos agropecuários e agrominerais, apontam a necessidade de desenvolver vários programas que requeriam mão de obra em massa, como o PIPMO – Programa Intensivo de Formação de Mão de obra (MANFREDI, 2002).

Aqueles cursos aconteceram em convênio PIPMO e ETFFA em 1970, "Senai e Escolas Técnicas da rede federal, para capacitação rápida e imediata dos trabalhadores. Os cursos tinham duração breve e abarcavam um conteúdo reduzido, prático e operacional" (MANFREDI, 2002, P. 104).

5. Considerações Finais

A Zona Franca de Manaus, foi um marco de mudança na região Amazônica, porque veio favorecer a realidade local. Além desta, as *construções das rodovias, as instalações das miteradoras* foram ações modernizadoras, que trouxeram desenvolvimento para a região, emprego, e também a concentração de renda nas mãos de poucos abençoados, restando à luta pela subsistência aos menos favorecidos. Entretanto, esse desenvolvimento se deu de forma predatória, causando a devastação da Amazônia, queimadas, brigas por posses de terra, conflitos entre índios e posseiros, grileiros, seringueiros, seringalistas, garimpeiros, pescadores artesanais, e as indústrias pesqueiras. Além do impacto ambiental, causado pelo desmatamento, que vem acabando com as bases de vida pela destruição do meio ambiente acirrando ainda mais a desigualdade entre a Amazônia e as outras regiões.

A educação na região Amazônica ocorreu articulada com o Plano Nacional de Desenvolvimento, cumprindo um papel de qualificar a mão de obra para contribuir com a Operação Amazônia. Nesse cenário, a Escola Técnica Federal do Pará ofertou cursos para atender as necessidades das empresas ali instaladas, como foi o caso do Curso de Eletrotécnica, implantado na mesma época que a Eletronorte.

A crença de que a educação poderia mudar a vida das pessoas era percebida pela imensa procura ao Ensino Técnico, que tinha procura similar no Ensino Superior. Acreditavam que a qualificação técnica possi-

bilitaria conseguir logo um emprego, e melhorar de vida. Nesse sentido, a Instituição ofertava Cursos Técnicos (Ensino Médio) e Cursos Profissionalizantes (PIPMO) de curtíssima duração. Mas que possibilitava a entrada desses alunos no mercado de trabalho, essa ideologia dominante influenciou fortemente a todos, revelando a relação entre a Educação e a Teoria do Capital Humano.

A Amazônia e a ETFPA estavam articuladas ao modelo de desenvolvimento⁷ que foi intensificado no país, e a teoria modernizadora,⁸ como expressão de integração centro-periferia visando à qualificação para o trabalho. Em outro contexto poderia significar a dignidade dos alunos e a realização do bem estar coletivo. No entanto, no regime capitalista está associada à mão de obra barata. A formação profissional que esses alunos receberam, poderia ter sido uma formação além da técnica, humanizadora, contemplando o conhecimento geral. Seria pensar a Escola Técnica Federal do Pará e o ensino na época, não somente em função dos interesses das empresas e do projeto de *desenvolvimento do país e da região* atendendo a expansão do capital, mas voltada para a qualidade de vida desses alunos.

194

Referências Bibliográficas

BASTOS, Péricles Antônio Barra. *De Escola de Aprendizes Artífices do Pará a Escola Técnica Federal do Pará, 1909-84*. Belém: Gráfica Sagrada Família, 1984.

BASTOS, Péricles Antônio Barra. *A Escola Técnica do Pará e o Desenvolvimento do Ensino Industrial. Um estudo histórico, 1909-87*. Belém: Gráfica Santo Antônio, 1988.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade.

CARDOSO, Fernando Henrique & MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: Expansão do Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

CEFETPA http://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_Federal_do_Par%C3%A1

CUNHA, Luiz Antonio. *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1985, p 20.

FRIGOTeTO, Gaudêncio. *Educação e a Crise do Capitalismo Real*. São Paulo: Cortez, 1996, p.41.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria & RAMOS, Marise. *Ensino*

Médio integrado; concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005, p. 57-82.

_____. *Os delírios da Razão – Crise do Capital e Metamorfose Conceitual no Campo Educacional.* IN: *Pedagogia da Exclusão: Crítica ao neoliberalismo em Educação.* GENTILI, Pablo (Org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 85.

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação Profissional no Brasil.* São Paulo: Cortez, 2002.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu, COELHO, Maria Célia Nunes. *As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia.* Novos Cadernos NAEA, v. 7, n.1, p. 91-122, jun. 2004, ISSN 1516-6481.

PUREZA, André Rosa. *Políticas Desenvolvimentistas e Questão Agrária na Amazônia: a necessária anomia ao nascedouro das ciências sociais no Pará – 2005.* <http://www.klepsidra.net/klepsidra25/cienciassociais.htm>

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil.* Ed. Vozes. Petrópolis, 1995, p. 179-205.

SADER, Emir. *A Transição no Brasil: da ditadura à democracia.* São Paulo: Atual, 1990.

SUDAM. *Plano de desenvolvimento da Amazônia (1972-1974).* Belém, 1971, p.13.

KAMPEL, Silvana Amaral. CÂMARA, Gilberto. MONTEIRO, Gilberto. *Análise Espacial do Processo de Urbanização da Amazônia.* Relatório Técnico. Dezembro – 2001. Ministério da Ciência e Tecnologia – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

KOHLHEPP, Gerd. *Estratégias de Desenvolvimento Regional na Amazônia Brasileira.* Finisterra, XVI, 31, Lisboa, 1981, pp. 63-94.

KUENZER, Acacia. *Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado neoliberal.* São Paulo: Cortez, 2007.

Notas

- ¹ A partir de 1968, se instala definitivamente na Av. Almirante Barroso, n.º1155.
- ² Sobre o assunto, ler Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005,pp:75-78).
- ³ Era um plano que trazia uma estratégia de desenvolvimento e execução da estratégia, que foi executado através do o 1º PND, 2º PND e o

3º PND, com três grandes objetivos: colocar o Brasil, em uma geração, na categoria das nações desenvolvidas; duplicar, até 1980, a renda per capita do país; elevar a economia às dimensões resultantes de um crescimento anual do PIB entre 8% e 10%. Durante sua implementação, ocorreu a expansão da fronteira econômica, a consolidação do desenvolvimento no centro sul e as primeiras tentativas de industrialização do Nordeste e do Norte. Nota-se a preocupação com a redução das disparidades regionais e a preocupação com a integração nacional. Ocorreu uma relativa modernização da economia brasileira, e a tentativa de redução da dependência externa. O 1º PND (1972-1974) correspondeu a um período de crescimento econômico extraordinário no Brasil, aliado a baixas taxas de inflação in: <http://www.angelfire.com/ar/rosa01/page19.html>

- 4 A comissão Meira Matos, complementou a definição da política educacional, em harmonia com os Acordos MEC-USAID, a qual teve dupla função: a) atuar como interventora nos focos de agitação estudantil e b) estudar a crise em si, para propor medidas de reformas. Sobre esse último aspecto, o relatório que apresentou, reforçou as propostas surgidas com os Acordos MEC-USAID. Sobre esse assunto, ler Romanelli (1995).
- 5 Trata-se de uma área de livre comércio, em que não são cobrados impostos de importação sobre os produtos comprados no exterior com o objetivo de estimular a industrialização da cidade e sua área adjacente, bem como ampliar seu mercado de trabalho.
- 6 Ex- aluno da ETEPA, Técnico em Eletrotécnica, trabalha há 30 anos como técnico e atualmente desenvolve suas atividades profissionais na Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO há 21 anos.
- 7 Primeiro, esse modelo implantou o regime militar, buscando uma política de recuperação econômica, incluso os PND, com contenção de despesa e repressão, constatou-se uma aceleração do ritmo do crescimento da demanda social da educação, o que serviu de justificativa para os Acordos MEC-USAID e o segundo momento foram medidas de curto prazo para adequar o sistema educacional brasileiro a esse modelo, que foram as políticas educacionais, onde a ETEPA foi inserida, principalmente com a publicação da Lei nº 5692/1971, tendo de se adequar a essa ordem (ROMANELLI, 1995, p. 196).
- 8 Segundo os teóricos da modernização, dentre eles Hoselitz, o processo de modernização no Ocidente, com a passagem de uma sociedade

não industrializada (ou tradicional) para uma sociedade industrializada (ou moderna), implica capital, operários qualificados e empresários. Nesse cenário, a relação com a educação está no papel que esta assume : a inculcação do "espírito de empresa", a crítica em relação a essa teoria está descrita na citação de Cunha, e para saber mais ver Cunha (1985, pp:19-20) e Romanelli (1995, p.196).

Enviado para publicação: 03.06.2010

Aceito para publicação: 29.07.2010